

22 DEZ 1988

Negociação solidária

A posição adotada pelo presidente eleito dos EUA, George Bush, com vistas à solução do problema da dívida externa, foi suficiente para levar os presidentes latino-americanos a divulgar uma intenção constante das decisões tomadas na Conferência que reuniu no Rio de Janeiro os ministros da Fazenda do Grupo dos Oito. Nesse documento, os presidentes latino-americanos haviam sugerido um encontro do Grupo dos Sete (Estados Unidos, Japão, República Federal da Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá) com o Grupo dos Oito (hoje sete em razão da saída do Panamá), visando ao encontro de novas soluções para a questão. Considerou-se, com efeito, que as recentes declarações de George Bush permitem desta feita a realização de uma conferência de cúpula.

Comentamos ontem, nesta página, a transcendência das palavras do presidente eleito dos Estados Unidos. Incontestavelmente essa nova posição de Washington representa um passo importante, embora deva, antes da realização de qualquer conferência de cúpula, ser aprofundada e mais bem definida. É interessante notar que Washington, discretamente, sugeriu que um primeiro contato seja realizado com Bush uma vez que a este, como representante do maior país credor, agradaria iniciar os debates. É preciso entender que, no momento em que um problema finalmente reconhecido como político passa à área diplomática, cumpre atuar com todo o cuidado.

Ademais, existe uma questão delicada no âmbito do Grupo dos Oito. O presidente José Sarney gostaria de ser anfitrião da reunião de cúpula no final do seu mandato, fundamentando-se no fato de que o Brasil é o maior país devedor da América Latina. Além disso — argumenta — foi no Rio de Janeiro que se criou o Grupo dos Oito. Todavia, sua pretensão ainda não logrou aprovação unânime; até agora, nem o México nem a Colômbia referendaram formalmente o texto elaborado pelos ministros da Fazenda latino-americanos, o que não deixa de ser estra-

nho quando se sabe que um dos seus principais autores foi exatamente o chanceler mexicano. Por outro lado, considera-se que entre os sete países da América Latina que ainda integram o Grupo dos Oito somente o México e a Venezuela contam com presidentes no início de mandato, estando os outros no final de suas gestões. Entende-se também, em alguns desses países, que a presidência da reunião de cúpula deve caber a um presidente que possua respaldo popular. O mais credenciado seria, neste caso, o venezuelano Carlos Andrés Pérez, que já exerceu a presidência do seu país. Pode-se assim prever que o projeto de reunião de cúpula levantará uma série de problemas diplomáticos que poderão postergar a sua realização, valendo notar, nesse quadro, que, no Grupo dos Sete, foi o presidente francês François Mitterrand o proponente do encontro entre credores e devedores...

É neste momento, quando o presidente Sarney quer encaminhar a proposta do que chamou de "negociação solidária", que se erguem obstáculos no meio do caminho. As eleições presidenciais serão realizadas no Brasil em 1989 e o próximo presidente da República passará a influir na política econômica a partir de 15 de março de 1990, se não já em novembro de 1989, quando o nome do vencedor for conhecido. Ora, qual o panorama que se oferece desde hoje aos governos credores, analisando a cena política brasileira? Os partidos que se pretendem em condições de disputar a Presidência da República tomam posição contra uma solução de consenso entre credores e devedores, advogando soluções unilaterais e dir-se-ia de força. Em suma, no momento em que os credores começam a compreender a gravidade política mundial da crise da dívida externa de todos os países, no Brasil se continua pensando em termos da idade da pedra.

O PT e o PMDB, em especial (sem falar no PDT, que ainda não chegou a formular um programa, mas pensa de maneira semelhante), propõem um "choque" na dívida externa, o qual significa antes de

mais nada a suspensão do pagamento dos juros e a renegociação de todos os acordos já firmados com organismos internacionais e os bancos credores. O que há de menos agressivo nessas propostas é dispensar os serviços do Comitê de Assessoramento!... Isso para não falar na criação de um cartel de devedores! É óbvio que tal tomada de posição não cria clima favorável à realização de uma reunião de cúpula de presidentes de países devedores com os seus colegas dos países credores...

O que nos preocupa, para não dizer o que nos assusta, é ver a posição irracional desses partidos, que, infensos à lógica econômica, preferem atribuir à dívida externa e às exigências dos credores a estagnação da economia e a inflação. Os que estão propondo o "choque" na questão da dívida externa parecem ter memória curta: sobejamente conhecidos são os efeitos da moratória do sr. Dilson Funaro sobre a inflação e a taxa de crescimento. Poderiam ao menos esses desmemoriados olhar em torno de si e ver a quantas anda o Peru, paladino da moratória, e também campeão da inflação e da queda de atividades.

Seria o caso de nos referirmos a um país como a Coreia do Sul, que em 1981 tinha uma dívida externa equivalente a cerca de 54% do seu PIB num momento em que a do Brasil era de 32%. Nos últimos anos, o pagamento de juros desse débito externo coreano representou 2,5% do PIB contra 2,2% no caso brasileiro. A inflação, na Coreia, é de um dígito, enquanto nos aproximamos de quatro, e seu crescimento foi, sem moratória, de 12% no ano passado, devendo chegar a pelo menos 10% neste exercício. Já no Brasil, tivemos um crescimento de apenas 2,9% em 1987, prevendo-se no máximo 0,5% neste ano...

É fácil atribuir aos outros a nossa ineficácia interna e uma inflação que os políticos aqui alimentam com malversações e descaminhos de toda ordem. É desejável que o peso da dívida externa seja aliviado para que se alcance maior crescimento. A condição é necessária mas não suficiente. Cumpre lembrá-lo.